

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1206.01.2024-PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00020605/24

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Sistema de Monitoramento por câmeras, para locais públicos internos e externos, operação assistida, bem como serviços de instalação com infraestrutura de câmeras, servidor de imagens, projeto de levantamento preliminar e escopo, sete dias por semana com manutenção e assistência técnica preventiva e corretiva dos equipamentos, em conformidade com as especificações e condições, junto a Secretaria de Educação do município de Ocara/CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	MONITOR TV 42 "POLEGADAS FULL HD	7,00	Unidade
	tipo de tela led, resolução full hd, recursos - wi-fi - miracast, conexões - 02 hdmi - 02 usbs - rj-45 - antena rf - áudio l-r processador quad-core, conteúdo da embalagem: 01 smart tv - 01 base - 04 parafusos de fixação da base - 01 cabo de força - 01 controle remoto - 02 pilhas - manual do usuário - guia rápido de instalação.		
2	CÂMERA DE SEGURANÇA IP FULL HD MARCA WIFI CAMERA	110,00	Unidade
	tecnologia de conexão sem fio, voltagem 12 volts referência dimensões da embalagem 28 x 13 x 12 cm; 800 g asinb 089y8k6kk peso do produto 800 gean 6015228242273.		
3	DVR	22,00	Unidade
	dvr - 8 canais multi hd com case reduzido e ótimo custo-benefício, o mhdx 3116-c mantém as principais funções dos modelos de tamanho tradicional . suporte para análise inteligente de vídeo. o modelo possui inteligência artificial capaz de fazer detecção inteligente de pessoas e veículos, agregando assertividade ao sistema de cftv. imagens nítidas e em alta resolução o mhdx 3116-c permite que você visualize, grave e veja todos os detalhes da cena com alta resolução de imagem, em até 5 mp lite. tenha alta qualidade sem sobrecarregar a rede o modelo utiliza tecnologia h.265+, consumindo menos dados no tráfego de imagens e menos espaço, garantindo um armazenamento leve e eficiente. maior capacidade de armazenamento do mercado com capacidade para até um hd, o mhdx 3116-c garante um grande espaço de armazenamento e alta robustez no suporte aos arquivos de vídeo.		
4	HD 2TB, 3.5 2000GB 7200RPM	22,00	Unidade
	hd 2tb, 3.5 2000gb 7200rpm, especificações: capacidade: 2tb, fator de forma: 3.5 polegadas, formato avançado, cumpre as normas rohs recursos do produto: câmeras suportadas: até 64, número máximo de compartimentos para unidades suportadas: 8 desempenho: cache: 64 mb, classe de desempenho: classe de 7200 rpm taxa de transferência da interface (máx.): buffer para host: 6 gb/s, host para/desde drive (mantido): 145 mb/s,		
5	MIKROTIK - AP OMNITIK U	22,00	Unidade
	- 5 hnd. rb 750r2; frequência nominal cpu: 850 mhz; cpu montagem de núcleos: 1; tamanho de ram: 64 mb; arquitetura: mips-be; portas ethernet: 10/100 5; ranhuras mini pci: 0; número de portas usb: 0; cartões de memória: 0; poder jack: 1; suporte 802.3af; poe; tensão de entrada suportada: 6v - v30		
6	NVD	22,00	Unidade
	ip 32 canais full hd linha 3000 4k - nvd 3316gravador digital de vídeo em rede nvd 3316 é um gravador de vídeo para até 16 câmeras desenvolvido especialmente para projetos de segurança ip. série 3000: robustez reconhecida pela confiabilidade, a série 3000 garante segurança e robustez com equipamentos que entregam altíssima qualidade de imagem. inteligência de vídeo com a inteligência embarcada do cftv ip, o nvd 3316 recebe todos os eventos e garante gravações de vídeo com qualidade total. altíssima resolução para os melhores projetos gravador suporta câmeras com imagens 4k1, a tecnologia mais sofisticada de resolução, garantindo qualidade para grandes projetos. compatível com a tecnologia h.265o nvd 3316 pode utilizar menos banda e espaço, gerando economia no armazenamento de imagens através da compatibilidade com a tecnologia h.265.reconhecimento automático nvd 3316 reconhece automaticamente as câmeras ip intelbras instaladas na rede, sendo compatível com intelbras cloud e intelbras ddns.gravador digital de vídeo em redes nvrs da série 3000 intelbras são um reforço que extrai o desempenho máximo das câmeras em projetos de cftv ip.disponíveis nas versões com e sem poe,		

PREFEITURA MUNICIPAL DE OCARA

AV: Cel. João Felipe, 234, Centro, Ocara/CE

CNPJ: 12.459.616/0001-04

Fone: (85) 3322 1088 - Email: setorlicitacaooacara@gmail.com

possuem além da altíssima resolução (4k), criptografia de áudio e vídeo e compressão de vídeo h.265+, recursos que geram mais eficiência e menos tráfego na rede. os gravadores da série3000 têm alta capacidade de armazenamento para garantir gravação dos vídeos mais importantes. possuem também suporte aos principais protocolos do mercado, como o rtmp,que possibilita fazer transmissões ao vivo, tudo isso e muito mais com fácil instalação, custo-benefício vantajoso e confiabilidade que só a intelbras proporciona.» nvd 3316 e nvd 3316-plus para até 16 câmeras ip» nvd 3332 para até 32 câmeras ip» suporte a recebimento de eventos de inteligência de câmeras ip» reconhecimento automático das câmeras ips com protocolo intelbras-l» suporta câmeras ip com resolução até 4k» compatível com tecnologia h.265+ e h.265» acesso facilitado a aplicativo e softwares via intelbras cloud» criptografia de áudio e vídeo (lcpd)» modelos com suporte a 1 e 2 hds sata			22,00	Unidade
7	CAIXA DE SOBREPOR		22,00	Unidade
a vbox 1100 profissionaliza o sistema de monitoramento e garante um ótimo acabamento às instalações de câmeras de cftv possui um gancho de sustentação da tampa, permitindo sustentá-la enquanto estiver realizando a instalação da câmera feita de plástico resistente, você pode instalar uma câmera na caixa de passagem da maneira que você desejar, seja ao redor ou em cima dela. é possível fechá-la através da tampa de quatro parafusos e pode ser instalada em ambientes internos e externos, colocando o anel de vedação. é possível realizar a passagem dos fios através de uma referência nas quatro laterais do produto ou pela parte traseira				
8	Switch 5 Portas Lan Divisor Rápido Hub de Rede		22,00	Unidade
switch de rede; material: plástico; cor: branco/preto; 5 portas; suporte: ieee 802.3, ieee 802.3u, ieee 802.3x.; meio de rede ieee 802.3az: 10base-t, três ou mais tipos de utp 10base-tx, cinco tipos de taxa de transmissão utp: 10mbps/100mbps; modo de transmissão: full/half duplex auto adaptação; taxa de encaminhamento: 3.3v/1a, 3.3v/aux/100ma, 5v/5a e 12v/500m; indicador led: 10/100mbps (link/act) fonte de alimentação e consumo de energia: entrada dc5v/500ma consumo máximo de energia: 1,5 w; tamanho do produto: aprox. 81 * 51 * 21 mm/3,2 * 2 * 0,8 polegada; peso: 59 g				
9	CONECTOR SCAPC, VERDE E AZUL		132,00	Unidade
categoria: cat5 8 vias, material: plástico e metal, cor: transparente, tipo do cabo: u/utp, contato elétrico: 8 vias com banho em ouro, verde e azul (mistos)				
10	ESTABILIZADOR		22,00	Unidade
potência 1.200 w / 600 watts - tensão de entrada 115/220 v tensão de saída 115 v bateria (s) bateria (s) selada com tempo de recarga típico de 12 horas. nº de tomadas 8 (oito) tomadas para bateria, sem extensor, todas no padrão nbr 14136 (padrão nacional de tomadas), forma de onda pwm senoidal por aproximação. recursos microprocessador com controle digital, proteção contra falhas na rede elétrica, função true rms, permitir ligar o nobreak mesmo na ausência de rede elétrica, permitir a recarga automática das baterias, mesmo com a saída desligada ou com níveis baixos de carga. gerenciamento possui interface usb para gerenciamento.				
11	FONTE UNIVERSAL -		22,00	Unidade
tensão de entrada: 110v ou 220v - tensão de saída: 12v amperagem: 10ª - potência: 120w - tamanho do plug: 11,5 milímetros (comprimento), 5,5 milímetros (diâmetro), 2,5 mm (diâmetro interno) - conteúdo da embalagem: - 1 fonte universal 12v/5,5 x 2,5 mm p4 10a 120w - dimensões aproximadas do produto (cm) axlpx: 16 x 7 x 4 cm.				
12	CABOS CAT 5E CMX		66,00	Rolo
o cabo 24awg x 4p cat 5e possui 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 awg, isolados em polietileno especial. capa externa em pvc não propagante à chama, na cor azul. características tipo: aplicação: redes bitola: diâmetro nominal 5,1mm impedância: - resistência elétrica cc máxima do condutor em 20oc:93,8ohms/km impedância característica nom. de 1 mhz a 250 mhz: 100 +/- 15% ohms revestimento: pvc retardante a chama				
13	FIO CABO PARALELO ELÉTRICO 2.5 MM REVIESTIDO EM PLASTICO COM INTERIOR DE COBRE		88,00	Rolo
fio cabo paralelo elétrico 2.5 mm reviestido em plastico com interior de cobre rolo com 100 metros				
14	FIBRA OPTICA		88,00	Rolo
sistema de transmissão de dados de alta velocidade para longas distâncias, utilizados principalmente para links entre a sala de distribuição principal e as salas de distribuição secundárias no edifício ou em links entre prédios. rolo com 1000 metros.				
15	CANELETA EM PLASTICO PARA PROTEÇÃO EXTERNA DE FIOS		220,00	Unidade
caneleta em plastico para proteção externa de fios				
16	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO e MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA		22,00	Serviço
montagem, instalação e configurações e acessos remotos de cada ponto, em um total de totalizando 88 (oitenta e oito) pontos internos e 13 + 13 (vinte e seis) pontos externos; totalizando 114 (cento e catorze) pontos; de câmeras ip speed dome e hi fi; e todos os equipamentos da central de videomonitoramento; com instalação, montagem, configuração e treinamento aos profissionais que irão operar todo o sistema em tempo real, 24 horas por dia, na central do cftv, serviços incluindo também a ligação dos pontos através de cabo de fibra óptica até a central.				

LOTE 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	MONITOR TV 42" POLEGADAS FULL HD	7.0	Unidade	R\$ 2.946,33	R\$ 20.624,31
Especificação: Tipo de tela LED, Resolução full HD, Recursos - wi-fi - miracast, Conexões - 02 HDMI - 02 usbs - rj-45 - antena rf - áudio l-r processador quad-core, Conteúdo da embalagem: 01 smart TV - 01 base - 04 parafusos de fixação da base - 01 cabo de força - 01 controle remoto - 02 pilhas - manual do usuário - guia rápido de instalação.					
2	CÂMERA DE SEGURANÇA IP FULL HD MARCA WIFI CAMERA	110.0	Unidade	R\$ 1.448,33	R\$ 159.316,30
Especificação: Tecnologia de conexão Sem fio, Voltagem 12 Volts Referência Dimensões da embalagem 28 x 13 x 12 cm; 800 g ASINB 089Y8K6KK Peso do produto 800 Gean 6015228242273.					
3	DVR	22.0	Unidade	R\$ 1.853,33	R\$ 40.773,26
Especificação: DVR - 8 Canais Multi HD Com case reduzido e ótimo custo-benefício, o MHDX 3116-C mantém as principais funções dos modelos de tamanho tradicional. Suporte para análise inteligente de vídeo. O modelo possui inteligência artificial capaz de fazer detecção inteligente de pessoas e veículos, agregando assertividade ao sistema de CFTV. Imagens nítidas e em alta resolução. O MHDX 3116-C permite que você visualize, grave e veja todos os detalhes da cena com alta resolução de imagem, em até 5 MP lite. Tenha alta qualidade sem sobrecarregar a rede. O modelo utiliza tecnologia H.265+, consumindo menos dados no tráfego de imagens e menos espaço, garantindo um armazenamento leve e eficiente. Maior capacidade de armazenamento do mercado Com capacidade para até um HD, o MHDX 3116-C garante um grande espaço de armazenamento e alta robustez no suporte aos arquivos de vídeo.					
4	HD 2TB, 3.5 2000GB 7200RPM	22.0	Unidade	R\$ 1.476,67	R\$ 32.486,74
Especificação: HD 2TB, 3.5 2000GB 7200RPM, Especificações: Capacidade: 2TB, Fator de forma: 3.5 polegadas, Formato avançado, cumpre as normas RoHS Recursos do produto: câmeras suportadas: Até 64, Número máximo de compartimentos para unidades suportadas: 8 Desempenho: Cache: 64 MB, Classe de desempenho: Classe de 7200 RPM Taxa de transferência da interface (máx.): Buffer para host: 6 Gb/s, Host para/desde drive (mantido): 145 MB/s.					
5	MIKROTIK - AP OMNITIK U	22.0	Unidade	R\$ 1.666,67	R\$ 36.666,74
Especificação: - 5 HND, RB 750r2; Frequência nominal CPU: 850 MHZ; CPU montagem de Núcleos: 1; tamanho de RAM: 64 mb; Arquitetura: MIPS-BE; portas Ethernet: 10/100 5; Ranhuras Mini PCI: 0; Número de portas USB: 0; Cartões de Memória: 0; Poder Jack: 1; Suporte 802.3af; Poe; Tensão de Entrada suportada: 6V - V30					
6	NVD	22.0	Unidade	R\$ 1.721,67	R\$ 37.876,74
Especificação: Ip 32 Canais Full Hd Linha 3000 4K - NVD 3316 Gravador digital de vídeo em rede NVD 3316 é um gravador de vídeo para até 16 câmeras desenvolvido especialmente para projetos de segurança IP. Série 3000: robustez Reconhecida pela confiabilidade, a série 3000 garante segurança e robustez com equipamentos que entregam altíssima qualidade de imagem. Inteligência de vídeo Com a inteligência embarcada do CFTV IP, o NVD 3316 recebe todos os eventos e garante gravações de vídeo com qualidade total. Altíssima resolução para os melhores projetos gravador suporta câmeras com imagens 4K1, a tecnologia mais sofisticada de resolução, garantindo qualidade para grandes projetos. Compatível com a tecnologia H.2650 NVD 3316 pode utilizar menos banda e espaço, gerando economia no armazenamento de imagens através da compatibilidade com a tecnologia H.265. Reconhecimento automático NVD 3316 reconhece automaticamente as câmeras IP Intelbras instaladas na rede, sendo compatível com Intelbras Cloud e Intelbras DDNS. Gravador digital de vídeo em redes NVRs da série 3000 Intelbras são um reforço que extrai o desempenho máximo das câmeras em projetos de CFTV IP. Disponíveis nas versões com e sem PoE, possuem além da altíssima resolução (4K), criptografia de áudio e vídeo e compressão de vídeo H.265+, recursos que geram mais eficiência e menos tráfego na rede. Os gravadores da série 3000 têm alta capacidade de armazenamento para garantir gravação dos vídeos mais importantes. Possui também suporte aos principais protocolos do mercado, como o RTMP, que possibilita fazer transmissões ao vivo. Tudo isso e muito mais com fácil instalação, custo-benefício vantajoso e confiabilidade que só a Intelbras proporciona. » NVD 3316 e NVD 3316-Plus para até 16 câmeras IP » NVD 3332 para até 32 câmeras IP » Suporte a recebimento de eventos de Inteligência de câmeras IP » Reconhecimento automático das câmeras IPs com protocolo Intelbras-1 » Suporta câmeras IP com resolução até 4K » Compatível com tecnologia H.265+ e H.265 » Acesso facilitado a aplicativo e softwares via Intelbras Cloud » Criptografia de áudio e vídeo (LGPD) » Modelos com suporte a 1 e 2 HDs SATA					
7	Switch 5 Portas Lan Divisor Rápido Hub de Rede	22.0	Unidade	R\$ 563,33	R\$ 12.393,26
Especificação: Switch de rede; Material: Plástico; Cor: Branco/Preto; 5 portas; suporte: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3x.; Meio de rede IEEE 802.3az: 10Base-T, três ou mais tipos de UTP 10Base-TX, cinco tipos de taxa de transmissão UTP: 10Mbps/100Mbps; Modo de transmissão: Full/Half duplex auto adaptação; Taxa de encaminhamento: 3.3V/1A, 3.3Vaux/100mA, 5V/5A e 12V/500m; Indicador LED: 10/100Mbps (link/act) Fonte de alimentação e consumo de energia: Entrada DC5V/500mA consumo máximo de energia: 1,5 W; Tamanho do produto: Aprox. 81 * 51 * 21 mm/3,2 * 2 * 0,8 polegada; Peso: 59 g					
8	CONECTOR SCAPC, VERDE E AZUL	132.0	Unidade	R\$ 262,33	R\$ 34.627,56
Especificação: Categoria: Cat5 B Vlas, Material: Plástico e Metal, Cor: Transparente, Tipo do Cabo: U/UTP, Contato Elétrico: 8 vias com banho em ouro. VERDE E AZUL (MISTOS)					

PREFEITURA MUNICIPAL DE OCARA

AV: Cel. João Felipe, 234, Centro, Ocara/CE

CNPJ: 12.459.616/0001-04

Fone: (85) 3322 1088 - Email: setorlicitacaooacara@gmail.com

9	ESTABILIZADOR	22.0	Unidade	R\$ 1.636,67	R\$ 36.006,74
Especificação: POTÊNCIA 1.200 W / 600 Watts - TENSÃO DE ENTRADA 115/220 V TENSÃO DE SAÍDA 115 V BATERIA (S) Bateria (s) selada com tempo de recarga típico de 12 horas. Nº DE TOMADAS 8 (oito) tomadas para bateria, sem extensor, todas no padrão NBR 14136 (padrão nacional de tomadas). FORMA DE ONDA PWM Senoidal por Aproximação. RECURSOS Microprocessador com controle digital. Proteção contra falhas na rede elétrica. Função TRUE RMS. Permitir ligar o nobreak mesmo na ausência de rede elétrica. Permitir a recarga automática das baterias, mesmo com a saída desligada ou com níveis baixos de carga. GERENCIAMENTO Possuir interface USB para gerenciamento.					
10	FONTE UNIVERSAL -	22.0	Unidade	R\$ 398,00	R\$ 8.756,00
Especificação: Tensão de entrada: 110V ou 220V - Tensão de saída: 12V Amperagem: 10ª - Potência: 120W - Tamanho do plug: 11,5 milímetros (comprimento), 5,5 milímetros (diâmetro), 2,5 mm (diâmetro interno) - Conteúdo da Embalagem: - 1 fonte universal 12V/5,5 x 2,5 mm P4 10A 120W - Dimensões aproximadas do produto (cm) AxLxP: 16 x 7 x 4 cm.					
11	CABOS CAT 5E CMX	66.0	Rolo	R\$ 433,00	R\$ 28.578,00
Especificação: O cabo 24AWG x 4P CAT 5e possui 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor azul. Características Tipo: Aplicação: Redes Bitola; Diâmetro nominal 5.1mm Impedância: - Resistência elétrica CC máxima do condutor em 20°C: 93,8ohms/km Impedância Característica Nom. de 1 MHz a 250 Mhz: 100 +/- 15% ohms Revestimento: PVC retardante a chama					
12	FIO CABO PARALELO ELÉTRICO 2.5 MM REVIESTIDO EM PLASTICO COM INTERIOR DE COBRE	88.0	Rolo	R\$ 448,33	R\$ 39.453,04
Especificação: FIO CABO PARALELO ELÉTRICO 2.5 MM REVIESTIDO EM PLASTICO COM INTERIOR DE COBRE ROLO COM 100 METROS					
13	FIBRA OPTICA	88.0	Rolo	R\$ 2.393,33	R\$ 210.613,04
Especificação: Sistema de transmissão de dados de alta velocidade para longas distâncias, utilizados principalmente para links entre a sala de distribuição principal e as salas de distribuição secundárias no edifício ou em links entre prédios. ROLO COM 1000 METROS.					
14	CAIXA DE SOBREPOR	22.0	Unidade	R\$ 43,33	R\$ 953,26
Especificação: A VBOX 1100 profissionaliza o sistema de monitoramento e garante um ótimo acabamento às instalações de câmeras de CFTV Possui um gancho de sustentação da tampa, permitindo sustentá-la enquanto estiver realizando a instalação da câmera Feita de plástico resistente, você pode instalar uma câmera na caixa de passagem da maneira que você desejar, seja ao redor ou em cima dela. É possível fechá-la através da tampa de quatro parafusos e pode ser instalada em ambientes internos e externos, colocando o anel de vedação. É possível realizar a passagem dos fios através de uma referência nas quatro laterais do produto ou pela parte traseira					
15	CANELETA EM PLASTICO PARA PROTEÇÃO EXTERNA DE FIOS	220.0	Unidade	R\$ 5,67	R\$ 1.247,40
Especificação: CANELETA EM PLASTICO PARA PROTEÇÃO EXTERNA DE FIOS					
Valor total do lote R\$ 700.372,39 (setecentos mil, trezentos e setenta e dois reais e trinta e nove centavos)					

LOTE II					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
16	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO e MÁO DE OBRA ESPECIALIZADA	22.0	Serviço	R\$ 1.666,67	R\$ 36.666,74
Especificação: Montagem, instalação e Configurações e acessos remotos de cada ponto, em um total de totalizando 88 (Oitenta e Oito) pontos INTERNOS e 13 + 13 (Vinte e Seis) pontos EXTERNOS; TOTALIZANDO 114 (CENTO E CATORZE PONTOS); de câmeras ip SPEED DOME e HI FI; e TODOS OS EQUIPAMENTOS DA CENTRAL DE VIDEOMONITORAMENTO; COM INSTALAÇÃO, MONTAGEM, CONFIGURAÇÃO E TREINAMENTO AOS PROFISSIONAIS que irão operar TODO O SISTEMA EM TEMPO REAL, 24 HORAS POR DIA, na central do CFTV, Serviços incluindo também a ligação dos pontos através de cabo de fibra óptica até a central.					
Valor total do lote R\$ 36.666,74 (trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos)					

Valor total R\$ 737.039,13 (setecentos e trinta e sete mil e trinta e nove reais e treze centavos)



- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.
- 1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 737.039,13 (setecentos e trinta e sete mil e trinta e nove reais e treze centavos)
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. O prazo de entrega do(s) item(ns) é de 05 (cinco) dias, contado da emissão de Requisição formalizada pelo Contratante, em quantitativo especificado pelo Contratante.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data avençada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 dias de antecedência para que o pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: AV. CEL. JOAO FELIPE, 858, CENTRO, Ocara / CE.



6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.



6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior



verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e



f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

7.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será



considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do §2º do art. 4º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos dos arts. 17 a 19 e 165 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;
- 8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 8.24. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;
- II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e
- III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$.
- 8.25. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.27. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.27.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social



8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.31. Comprovar junto a empresa o vínculo profissional mediante os meios legais, de um profissional de nível superior com formação em ELETRICA ou ELETRÔNICO;

8.32. Apresentar mediante declaração, relação de todo o seu quadro técnico, montadores e de manutenção preventiva e corretiva quando da execução dos serviços a serem executados no município.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

PROVA DE CONCEITO (PoC)

8.33. (Câmera Speed Dome e ou CÂMERA DE SEGURANÇA IP FULL HD - Marca WIFI SMART) conforme a marca do produto, em que o licitante, apresente o manuseio em tempo real, mediante aplicativos disponíveis, em que a mesma possa ter todas as suas funções operacionalizadas executadas, tendo ainda, que esta demonstração esteja dentre algumas das empresas públicas ou privadas que a mesma tenha vendido os equipamentos, realizado o serviço de montagens e ou que esteja prestando o serviço de manutenção preventiva e corretiva; tendo como comprovação, os contratos firmados entre os contratantes e contratados.

8.34. Após a fase de lances, verificada toda documentação técnica dos fabricantes dos equipamentos ofertados, a primeira colocada será convocada a realizar Prova de Conceito (PoC), no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da sua convocação, para avaliar a compatibilidade dos equipamentos oferecidos com as especificações e as funcionalidades necessárias constantes deste Termo de Referência;

8.35. A Prova de Conceito (PoC) será conduzida pela comissão técnica designada pela Prefeitura Municipal de Ocara, com apoio, e consistirá na aferição do atendimento dos requisitos e funcionalidades exigidas e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes mediante indicação de representante(s) junto ao Pregoeiro com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data de sua realização;

8.36. A comissão técnica elaborará relatório com o resultado da Prova de Conceito (PoC), informando cada um dos requisitos e funcionalidades testados, se foi atendido ou não, além de eventuais observações cabíveis, bem como o resultado final indicando se o objeto está aprovado, reprovado ou aprovado, mas com ressalvas.

8.37. Caso o objeto seja aprovado, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório. Caso o objeto seja reprovado, o licitante será desclassificado do processo licitatório. Caso o equipamento seja aprovado com ressalvas, considerada assim aquela que possuir todas as funcionalidades, mas apresentar falhas em alguma delas durante a PoC, o licitante terá o prazo de 1 (um) dia útil para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-lo para realização de testes confirmatórios. Caso os testes confirmatórios apontem que a falha não foi devidamente corrigida ou que o atendimento dos requisitos e funcionalidades não pôde ser confirmado, o licitante será considerado reprovado e desclassificado do processo licitatório.

8.38. A Prefeitura resguarda-se o direito de solicitar apoio técnico de profissional da licitante para a realização dos testes.

8.39. Para fins de aprovação, deverá comprovar a:

- interoperabilidade entre servidor e software de monitoramento podendo ser exigido qualquer funcionalidade e aplicação do software de monitoramento;
- interoperabilidade entre o software de monitoramento e o joystick;
- interoperabilidade entre joystick e câmera ip speed dome;
- interoperabilidade entre o conjunto servidorsoftware de monitoramento→joystick→câmera ip speed dome, demonstrando a integração total entre eles;

8.40. É facultado aos demais licitantes ou qualquer pessoa, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos, acompanhar a realização da Prova de Conceito (PoC);

8.41. O prazo de apresentação será em 5 (cinco) dias úteis ao da declaração de arrematante;

8.42. Todas as despesas decorrentes da participação ou acompanhamento da Prova de Conceito (PoC) serão de responsabilidade dos licitantes;

8.44. O equipamento apresentado na Prova de Conceito (PoC) será devolvido a licitante após a avaliação;

8.45. A exigência da Prova de Conceito (PoC) justifica-se devido a funcionalidades e integrações específicas que o sistema, através de seus equipamentos, deva possuir, onde é imprescindível haver compatibilidade entre servidor/software com a mesa controladora (joystick) e câmeras, alcançado assim "a proposta mais vantajosa que, atendidos os requisitos técnico-qualitativos da contratação, possua o menor preço;

8.46. Para se atingir esse objetivo, devem-se adotar mecanismos para se alcançar o menor preço e, ao mesmo tempo, garantir que o objeto da contratação contemple todos os requisitos necessários ao atendimento da necessidade que motivou a contratação." (Nota Técnica nº 04/2009 - Sefti/TCU de 10/04/2010 (Assunto: Possibilidade de avaliação de amostras na contratação de bens e suprimentos de Tecnologia da Informação mediante a modalidade Pregão.) <https://url.gratis/Mx TMZ>).



8.47. Ainda a Nota Técnica nº 04/2019 Sefti-TCU em relação a amostra de bens de Tecnologia, nos traz advertências da não solicitação da amostra: "Nos certames em que não há essa previsão, o gestor não possui meios para avaliar de maneira direta o produto licitado, previamente à celebração contratual. Assim, há o risco de o gestor constatar, somente após a celebração contratual, que o bem ou suprimento fornecido não atende aos requisitos mínimos de qualidade previstos no edital ou, até mesmo, que é inservível. Nesse momento, já se gastou esforço e tempo, e, para solucionar o problema, será necessário penalizar a empresa, efetuar o distrato e nova contratação, gerando custos e atrasos para a Administração. Essa situação é agravada quando isso ocorre reiteradamente no mesmo certame, isto é, com os próximos licitantes convocados a celebrar contrato.

8.48. Nesse cenário, a exigência em tela, quando eficaz, poderia constituir-se em ganho de eficiência às compras públicas, porquanto reduziria o tempo e custo de uma contratação. Assim, o procedimento de avaliação de amostras apresenta-se como meio útil para a Administração Pública aumentar a probabilidade de adquirir produtos com melhor qualidade, na medida em que permite efetiva avaliação do objeto licitado previamente à celebração contratual." (Nota Técnica nº 04/2009 - Sefti/TCU de 10/04/2010 (Assunto: Possibilidade de avaliação de amostras na contratação de bens e suprimentos de Tecnologia da Informação mediante a modalidade Pregão.) <https://url.gratis/Mx TMZ>).

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.49. A realização de Manutenção Preventiva Programada em todos os locais que os equipamentos estão instalados, definidos neste Termo de Referência, com intervalos de no máximo 180 (cento e oitenta) dias, totalizando um número mínimo de 02 (duas) manutenções preventivas programadas anuais em todo o sistema.

8.50. Os materiais de infraestrutura, para o serviço de realocação, tais como: cabo de aterramento, barra de aterramento, caixa de inspeção, eletroduto galvanizado e demais insumos, quando necessários, serão por conta da CONTRATADA.

8.51. O atendimento deverá ser prestado pela contratada durante as 24 horas do dia, em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Os chamados serão efetuados por telefone, mensagem eletrônica ou outro meio de comunicação, a critério da CONTRATANTE.

8.52. O prazo para atendimento ao chamado será de no máximo de 03 (Três) horas consecutivas, contadas da abertura do chamado técnico, comprovado através de protocolo de atendimento; para os casos considerados urgentes pela CONTRATANTE a CONTRATADA deverá prestar o atendimento em até 02 (duas) horas.

8.53. O prazo para solução será de no máximo 48 (quarenta e oito) horas consecutivas, contadas do início do atendimento ao chamado.

8.54. A CONTRATADA deverá manter 01(uma) equipe técnica, composta de no mínimo dois profissionais: técnicos em eletrônica, electricista ou comunicações, engenheiros eletrônico, electricistas ou de comunicações em regime de plantão de 24 horas por dia,

07 dias por semana, e feriados, atendendo por telefone, e-mail, rádio chamada e outros meios visando os atendimentos corretivos de manutenção, devidamente equipados com todos os EPIs pertinentes a função e veículo próprio, bem como os ferramentais e equipamentos para resolver qualquer falha no sistema.

8.55. A CONTRATADA poderá confirmar o número do pedido de manutenção OS contendo data e horário para identificação e individualização de cada chamado técnico efetuado pela contratante, bem como para acompanhamento e controle dos serviços.

8.56. A CONTRATADA, quando de um chamado técnico, deverá prestar serviços nas dependências da contratante de forma ininterrupta até a solução do problema, incluindo sábados, domingos e feriados, sem ônus adicional a CONTRATANTE.

8.57. O custo do caminhão com plataforma transdimensional com cesto (para manutenção de equipamentos instalados em altura em até 20 metros) ficará a cargo da CONTRATADA.

8.58. A CONTRATADA deverá disponibilizar um celular (DDD 085), com linha paga exclusivamente para contato com as equipes de manutenção/sala de monitoramento.

8.59. Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

I. Conhecer detalhadamente todas as cláusulas deste Contrato e de seus Anexos.
II. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Contrato, de acordo com as especificações determinadas no Termo de Referência, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos / acessórios disponibilizados.

III. Cumprir as legislações federal, estadual e municipal pertinentes, e se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrente de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar.

IV. Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto deste Contrato.

V. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

VI. Reparar, corrigir, remover, reconstituir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

VII. A Contratada fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na execução do objeto da presente licitação, até o limite legal.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.60. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.61. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.62. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.63. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.64. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.65. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

DA VISITA TÉCNICA

8.66. A visita técnica não será obrigatória, mas é importante para conhecer o sistema e dirimir eventuais dúvidas técnicas que possam surgir. Caso haja interesse da empresa em conhecer o conjunto deverá ser feita pelo responsável técnico da empresa licitante.

8.67. A vistoria deverá ser previamente agendada pelo e-mail smeocaraof@gmail.com, e deverá ocorrer após a publicação do edital.

8.68. Pedidos de esclarecimentos devem ser dirigidos ao(a) pregoeiro(a) até três dias úteis anteriores a data fixada para abertura das propostas financeiras, exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma M2A.

8.69. Durante a vistoria as licitantes deverão observar, entre outros aspectos, o grau de dificuldade para execução dos serviços, diagnóstico dos requisitos necessários para prestação dos serviços, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;
- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



9.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Em atendimento ao § 3º do art. 86, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, será permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública, permitindo a ampliação do acesso às condições contratuais vantajosas já negociadas, em conformidade com as disposições legais vigentes.

11.1.1. A adesão à ata de registro de preços configura uma estratégia administrativa que visa ampliar a eficiência e promover a economicidade nas contratações públicas. Esta decisão está alinhada com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal e reiterado pelos Acórdãos 224/2020, 2736/2023 e 2822/2021 do Tribunal de Contas da União (TCU).

A opção pela adesão não é meramente procedimental, mas uma escolha estratégica que requer uma justificação clara e robusta. Nesse sentido, a adesão deve ser precedida por uma análise criteriosa do mercado e uma avaliação das vantagens econômicas, garantindo que as condições obtidas através do registro de preços sejam, de fato, as mais vantajosas para a Administração Pública. Esta análise deve considerar não apenas os custos diretos, mas também os benefícios de longo prazo, como a redução de tempo e recursos despendidos em múltiplas licitações.

Além disso, a adesão deve estar em harmonia com os objetivos estratégicos do órgão ou entidade, contribuindo para a otimização de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A transparência do processo é fundamental e deve ser



assegurada pela divulgação de todos os atos, garantindo que a adesão à ata de registro de preços ocorra de forma aberta e acessível a todos os interessados.

Em conformidade com os precedentes do TCU, a inclusão de cláusula de adesão no edital deve ser motivada de forma explícita, detalhando como essa escolha se alinha à busca pela eficiência administrativa e quais benefícios específicos são esperados. Tal motivação reforça o compromisso com a gestão fiscal responsável e com a obtenção de valor para o dinheiro público.

Portanto, a adesão à ata de registro de preços, quando bem fundamentada e justificada, representa uma prática alinhada à busca constante pela eficiência na Administração Pública, proporcionando economia, agilidade e qualidade na contratação de bens e serviços, sempre em prol do interesse público.

Ocara/CE, 12 de junho de 2024


REGINA FRANCISCA DOS SANTOS
RESPONSÁVEL